



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Recurso de agravo nº 200530-7/01 – Comarca do Recife ✓

Agravantes: Jocemar Gomes Rocha e outros.

Agravado: Estado de Pernambuco.

452u
EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDORES MILITARES. SOLDOS INFERIORES A VENCIMENTO BÁSICO DE REFERÊNCIA. POSSIBILIDADE. REMUNERAÇÃO TOTAL SUPERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITO ADQUIRIDO. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO À UNANIMIDADE. 1. Embora os soldos percebidos pelos agravados sejam inferiores a R\$ 130,00 (cento e trinta reais), valor mínimo estabelecido na Lei nº 11.216/95 e correspondente ao Vencimento Básico de Referência, a jurisprudência do STJ e do TJPE é pacífica no sentido de que se tal inferioridade se faz possível, desde que a remuneração total seja igual ou ultrapasse o salário mínimo. 2. Inteligência do art. 7º, IV da CF. 3. Portanto, não existe, na espécie, violação ao instituto do direito adquirido. 4. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo nº 200530-7/01, acima referenciado, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, unanimemente, em sessão desta data, no sentido de negar-lhe provimento, nos termos do voto, da ementa e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 28 de janeiro de 2010


Des. Ricardo Paes Barreto – Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Recurso de agravo nº 200530-7/01 – Comarca do Recife

Agravantes: Jocemar Gomes Rocha e outros.

Agravado: Estado de Pernambuco.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo diante de decisão monocrática que negou seguimento ao apelo, mantendo os termos do julgado de origem, no sentido de não conceder aos apelantes as diferenças salariais relativas aos Vencimentos Básicos de Referência (VBR'S), nos termos da Lei nº 11.216/95.

Segundo o agravante, a decisão que se busca integrar merece reforma, pois a Lei nº 11.216/95 determinou o pagamento de soldo não inferior a R\$ 130,00 (cento e trinta reais), não se tratando dita determinação de vinculação do soldo ao salário mínimo, motivo pelo qual não deve ser acolhido o argumento de que a soma total das parcelas é superior ao salário mínimo vigente, prequestionando-se explicitamente os arts. 5º, XXXVI e 39, § 2º da CF e a Lei nº 11.216/95, ditos malferidos.

Requer, ao final, o provimento do integrativo, para fins de destrancamento da apelação cível com seu regular seguimento.

É o relatório.

VOTO

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

Cuida-se de apelação cível em face de sentença que julgou improcedente a ação ordinária, não concedendo as diferenças salariais reclamadas, referentes aos Vencimentos Básicos de Referência (VBR's), nos termos da Lei nº 11.216/95 e, condenou os apelantes ao pagamento das custas e honorários advocatícios à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Nas suas razões, de fls. 192/205, os apelantes alegam que a sentença ora em análise violou o instituto do direito adquirido ao permitir que o pagamento do soldo dos militares fosse inferior a R\$ 130,00 (cento e trinta reais), afrontando o disposto no art. 5º, XXXVI, 39, § 2º, todos da CF, bem como o art. 138, da Lei nº 6.123/68 e, art.12, da Lei nº 11.216/95. Contrariedade de fls. 208/228, pela manutenção dos termos do julgado. Autos conclusos. Feito este breve relato, decido monocraticamente. A sentença que ora se revisa voluntariamente não merece reforma, senão vejamos. Observo que a questão ora em análise, qual seja, supostas diferenças salariais referentes aos VBR's (Vencimentos Básicos de Referência), encontra-se sedimentada na jurisprudência do STJ, no sentido de que não obstante o soldo percebido pelos apelantes tenha valor inferior ao VBR's, este constitui apenas uma parcela da remuneração total, de valor superior ao salário mínimo. Logo, uma vez que a remuneração total percebida, com acréscimo das vantagens vencimentais, é superior ao mínimo legal, inexistente afronto ao instituto do direito adquirido. Colaciono abaixo precedentes

06 25
1

do STJ acerca da matéria, vejamos: AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SOLDADO INFERIOR AO VENCIMENTO BÁSICO DE REFERÊNCIA. REMUNERAÇÃO TOTAL SUPERIOR AO SALÁRIO-MÍNIMO VIGENTE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Ex vi da interpretação dos arts. 7º, IV e 39, § 3º. da CF/88 e da pacífica e remansosa jurisprudência desta Corte, é possível a fixação do vencimento em valor inferior ao do salário-mínimo, desde que a remuneração total, a dizer, aquela acrescida das vantagens vencimentais, seja igual ou superior. 2. Não obstante o soldo percebido pelos Servidores Militares do Estado de Pernambuco tenha valor inferior ao do Vencimento Básico de Referência previsto na Lei Estadual 11.216/95, ele constitui apenas uma parcela da remuneração total, de valor superior ao do salário mínimo. Precedentes. 3. Recurso desprovido (STJ, AgRg no RMS 24862/PE, T5, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ de 10/03/2009). AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. SOLDADO. REMUNERAÇÃO TOTAL. SALÁRIO MÍNIMO. 1 - Conforme precedentes desta Corte, "o soldo percebido pelos servidores militares do Estado de Pernambuco, embora tenha valor inferior ao do 'vencimento básico de referência' previsto na Lei Estadual nº 11.216/95, constitui uma parcela que compõe a remuneração total, de valor superior ao do salário mínimo. Ademais, a quantia correspondente a tal parcela não se vincula à do salário mínimo, sob pena de afronta à parte final do inciso IV do art. 7º da Constituição Federal" (RMS nº 13.702/PE, Relator o Ministro Jorge Scartezzin, DJU de 13/10/2003). 2 - Agravo improvido (STJ, AgRg no RMS 16491/PE, T6, Rel. Min. Paulo Gallotti, DJ de 21/03/2006). Diante do exposto, com supedâneo no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao apelo, não considerando vulnerados os arts. 5º, XXXVI, 7º, IV e, 39, § 2º, todos da CF, tampouco o art. 138, da Lei nº 6.123/68 e, art. 12, da Lei nº 11.216/95.

Segundo o agravante, a determinação do pagamento do soldo no valor mínimo de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) não viola a normativa constitucional que proíbe a vinculação do salário mínimo a qualquer título, mas afronta o direito adquirido dos ora agravantes de perceber os seus respectivos soldos com base no valor mínimo fixado em lei correspondente ao Vencimento Básico de Referência.

Todavia, é pacífica a jurisprudência do STJ no sentido de que o soldo militar pode ter valor inferior ao do Vencimento Básico de Referência, contanto que a remuneração total seja superior ou ultrapasse o valor do salário mínimo, garantia constitucional disposta no art. 7º, IV, da CF, conforme aresto adiante colacionado:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SOLDADO INFERIOR AO VENCIMENTO BÁSICO DE REFERÊNCIA. REMUNERAÇÃO TOTAL SUPERIOR AO SALÁRIO-MÍNIMO VIGENTE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Ex vi da interpretação dos arts. 7º, IV e 39, § 3º. da CF/88 e da pacífica e remansosa jurisprudência desta Corte, é possível a fixação do vencimento em valor inferior ao do salário-mínimo, desde que a remuneração total, a dizer, aquela acrescida das vantagens vencimentais, seja igual ou superior. 2. **Não obstante o soldo percebido pelos Servidores Militares do Estado de Pernambuco tenha valor inferior ao do Vencimento Básico de Referência previsto na Lei Estadual 11.216/95, ele constitui apenas uma parcela da remuneração total, de valor superior ao do salário mínimo.** Precedentes. 3. Recurso desprovido (AgRg no RMS 24862/PE, T5, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ de 10/03/2009).

0

017 26
1

Não há que se falar, então, em afronta a direito adquirido dos agravantes.

Por estas razões, nego provimento ao presente recurso de agravo, verificando que não restam vulnerados os arts. 5º, XXXVI e 39, § 2º da CF e a Lei nº 11.216/95.

É como voto.

Recife, 23 de janeiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator